

Celso Furtado, uma ausência nos discursos de arquitetura moderna (1949-1964)

*Flávio Antonio D'Ugo Bragaia*¹
*Rafael Augusto Urano de Carvalho Frajndlich*²

Celso Furtado, an absence in the discourses of modern architecture (1949-1964)

Celso Furtado, una ausencia en los discursos de arquitectura moderna (1949-1964)

Resumo

Em 1960 inaugurava-se Brasília, meta síntese do plano de J. K. e obra-prima da arquitetura moderna brasileira. Comumente, críticos e historiadores do campo da arquitetura levam a crer, primeiro, que o grupo de arquitetos reunidos em torno de Lucio Costa e Oscar Niemeyer era a imagem da arquitetura moderna brasileira, achatando embates e confrontos internos ao campo; segundo, que a arquitetura moderna brasileira é intrinsecamente desenvolvimentista. Tendo por objetivo contribuir com as análises das relações entre arquitetura e desenvolvimentismo, este artigo retoma esses conceitos partindo da figura de um de seus principais contribuintes no Brasil, Celso Furtado, e procurando identificar alguns possíveis pontos de contato com o modernismo na arquitetura.

Palavras-chave: *Arquitetura; Política; Desenvolvimentismo; Oscar Niemeyer; Celso Furtado.*

1 Arquiteto e urbanista, analista de desenvolvimento na Empresa Municipal São Paulo Urbanismo. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade na Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: flavioadbragaia@gmail.com

2 Professor de História e Projeto de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutorando em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo. E-mail: urano@fec.unicamp.br

Abstract

In 1960, Brasília was inaugurated, being the city a meta synthesis of Juscelino Kubitschek's plan and a masterpiece of the modern Brazilian architecture. Commonly, critics and historians in the field of architecture lead us to believe that, first, the group of architects gathered around Lucio Costa and Oscar Niemeyer was the image of the modern Brazilian architecture, decreasing internal confrontations and clashes in the field, and second, that the Brazilian modern architecture is intrinsically related to developmentalism. Aiming to contribute to the analysis of the relationship between architecture and developmentalism, this article resumes these concepts starting from the figure of one of its main contributors in Brazil, Celso Furtado, and trying to identify some possible points of contact with modernism in architecture.

Keywords: *Architecture; Politics; Developmentalism; Oscar Niemeyer; Celso Furtado.*

Resumen

En 1960 se inauguraba Brasilia, meta síntesis del plan de J. K. y obra-prima de la arquitectura moderna brasileña. Comúnmente, críticos e historiadores del campo de la arquitectura llevan a creer que, primero, el grupo de arquitectos reunidos en torno a Lucio Costa y Oscar Niemeyer era la imagen de la arquitectura moderna brasileña, achatando embates y confrontaciones internas al campo; segundo, que la arquitectura moderna brasileña es intrínsecamente de desarrollo. Teniendo por objetivo aportar con los análisis de las relaciones entre arquitectura y desarrollismo, este artículo retoma esos conceptos partiendo de la figura de uno de sus principales contribuyentes en Brasil, Celso Furtado, y buscando identificar algunos posibles puntos de contacto con el modernismo en la arquitectura.

Palabras clave: *Arquitectura; Política, Desarrollismo; Oscar Niemeyer; Celso Furtado.*

Introdução

O senso comum associa arquitetura moderna e desenvolvimentismo de modo quase natural, sobretudo aqueles que criticam o urbanismo feito a partir da *Carta de Atenas*³. Entretanto, o olhar preciso mostra que existem contornos específicos para as concepções de desenvolvimento, em voga ao longo da história da democracia brasileira, e sua relação com a arquitetura e os arquitetos do período.

Entre as décadas de 1950 e 1970, existiu uma concomitância entre uma política de fortalecimento da indústria nacional, sua associação com amplas frentes de trabalho patrocinadas pelo Estado e a nascente organização e reconhecimento da arquitetura brasileira moderna. Não obstante a relação entre esses dois fenômenos seja vista como cristalina, é necessário colocar que tais laços nem sempre foram automáticos e imediatos. Neste recorte, Brasília aparece como expressão máxima dessa associação, ao marcar um ponto de inflexão para o planejamento urbano no Brasil, tendo se tornado referência para o estabelecimento de regras de uso e ocupação do solo e de diretrizes para a ação da administração pública sobre os espaços públicos.

É mister observar que Brasília é parte de um processo no qual várias cidades e infraestruturas foram construídas sob o signo de um desenvolvimentismo – política de fomento ao crescimento da produção industrial, com investimento em infraestrutura, necessária à circulação de bens e serviços, e ampliação do poder de consumo da população, que pressupõe o fortalecimento do Estado democrático e capitalista –, circunscrevendo sua expressiva arquitetura e urbanismo aos conflitos de seu momento histórico. Porém, Celso Furtado, nome em torno do qual se organizaram as políticas de desenvolvimento no país, é uma referência ausente nas revistas de arquitetura e urbanismo, como a

3 Documento de conclusão do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), que ocorreu em 1933, na Grécia. O texto estabelece os princípios fundadores da cidade funcional, cujas quatro funções básicas são: habitar, trabalhar, recrear e circular. Brasília é considerada a primeira e uma das principais cidades no mundo inteiramente erguida com base em tais princípios.

Módulo, editada por Oscar Niemeyer. Essa desarticulação é pretexto para a indagação sobre a existência de uma imediata associação entre intervenção do Estado na economia, de um lado, e arquitetura moderna, de outro. Nesse sentido, é necessário perfazer a trajetória de Furtado e reconhecer a sua relevância para várias experiências de projeto feitas nos anos 1950 e 1960, até o golpe militar.

Nos parágrafos a seguir, procuraremos revisitar Brasília como um ponto de contato entre arquitetos modernos e uma agenda desenvolvimentista, esperando, com isso, apresentar novos aspectos desse elo e, assim, mostrar que, apesar da posição de Brasília como exemplo de uma cidade construída pelo desenvolvimentismo, esta não serve como testemunho preciso de como essa política pensava as cidades brasileiras. Diversos autores desenvolveram relevantes pesquisas sobre as relações entre concepções de desenvolvimento e urbanismo, dentre os quais podemos citar Renata Bovo Peres e Elisângela de Almeida Chiquito (2012), Rodrigo Santos de Faria (2015), Isadora Laner, Rodrigo de Faria e Carolina Pescatori (2020), além de Sarah Feldman (2008, 2021). O presente texto pretende dialogar com esses e outros autores, possivelmente problematizando alguns de seus pressupostos.

Celso Furtado e a intervenção do Estado na economia

Celso Furtado nasceu em Pombal, Paraíba, em 1920, mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1939, e cursou Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade Nacional de Direito da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) entre 1940 e 1944. De 1944 a 1946, serviu a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália e, de 1946 a 1948, cursou Doutorado em Economia na Universidade de Paris-Sorbonne. Em 1946, com a promulgação de uma nova Constituição – que instituiu o voto secreto e universal (excluídos os analfabetos), bem como a divisão do Estado em três poderes – chega ao fim o período conhecido como Era Vargas ou Estado Novo, e se inicia o período conhecido como Quarta Re-

pública, marcado por uma série de crises políticas, sucessões presidenciais, golpes, contragolpes, autogolpes e pela polarização política que tinha como pano de fundo a Guerra Fria.

Havia no período populista uma hegemonia inquestionável das ideias desenvolvimentistas e nacionalistas no debate político. Tais ideias alcançaram ainda maior repercussão no denominado “período democrático-populista” (1946-1964). Isto permitiu deslocar o eixo fundamental do discurso político da ênfase na política de bem-estar social para um conjunto diferente de proposições nas quais o bem-estar coletivo, ainda entendido como o objetivo mais importante, apareceu como dependente da velocidade do processo de crescimento econômico que a nação pudesse levar adiante. Permitiu-se, desse modo, que, mesmo a nível retórico, as considerações relativas às políticas sociais fossem conduzidas a plano secundário, subordinadas ao “objetivo nacional” de desenvolvimento. (PIRES, 2010, p. 531)

Ao retornar ao Brasil, Celso Furtado passou a trabalhar na recém-fundada Fundação Getúlio Vargas (FGV) e no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). O DASP foi criado por Vargas no Estado Novo, em 1938, como parte de um processo de reforma dos serviços públicos, que tinha por objetivo fortalecer seu caráter técnico-científico e marcar a separação entre as atividades técnicas e as atividades políticas no interior do Estado – essa reforma instituiu o ingresso por mérito, promovendo uma renovação geracional e a inserção das elites intelectuais urbanas no funcionalismo público; para os arquitetos, podemos dizer que a reforma abriu novas frentes de trabalho como técnicos no interior da máquina pública. Faria (2015) e Feldman (2008, 2021) examinam a atuação de arquitetos e urbanistas, bem como a prática de planejamento, com base no estudo das instituições de planejamento no Brasil.

Depois da gestão, de viés liberal, de Gaspar Dutra, cujos esforços para aproximar Brasil e Estados Unidos incluíram declarar ilegal o Partido Comunista, e após um processo inflacionário marcado pelo aumento da dívida pública e

pela emissão de papel moeda como medida para cobrir essa dívida, amenizado pelo aumento da entrada de capital estrangeiro via elevação de preços das *commodities* exportadas, Getúlio Vargas novamente assumiu a presidência, em 1951, tendo sido eleito democraticamente no ano anterior. Implementou, então, uma série de medidas de viés estadista, dentre elas a fundação do atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 1952, e da Petrobrás, em 1953. A inflação continuou relativamente alta ao longo desse segundo governo de Vargas, o que não é necessariamente um sintoma de crise econômica; o crescimento econômico ao longo da Quarta República foi, em geral, relativamente elevado (PIRES, 2010).

A criação do BNDES tinha como um dos objetivos a gestão de recursos advindos, via empréstimo, do *Export-Import Bank of the United States (Eximbank)* e do Banco Mundial, assim como a conversão dos valores em moeda estrangeira para cruzeiros, após a obtenção de crédito no âmbito da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU), firmada em 1950, isto é, ainda no governo Dutra. A CMBEU foi um espaço de aproximação entre os dois países titulares, que funcionou entre 1951 e 1953, ou seja, ao longo do governo Vargas. Nota-se que, durante um governo de viés estadista, havia em funcionamento um mecanismo de abertura para o capital estrangeiro.

A continuidade do projeto político-econômico de Vargas, de ruptura com a exportação de *commodities* e incentivo à substituição das importações, via fomento ao desenvolvimento da indústria no país, além de uma retórica estadista e da identificação com o proletariado, gerou conflitos com setores representantes de interesses econômicos estadunidenses que, por sua vez, articularam a desestabilização do presidente, que cometeu suicídio em 1954 (FONSECA, 2011).

Entre 1949 e 1959, Celso Furtado foi integrante da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) da Organização das Nações Unidas (ONU);

presidente do Grupo Misto CEPAL-BNDES, responsável pelo estudo econômico que serviu como ponto de partida para o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek; e diretor do BNDES. No final da década de 1960, desenvolveu estudos de pós-doutoramento em Cambridge (Inglaterra), escreveu e publicou *Formação Econômica do Brasil*, seu principal livro. Ainda no governo de Juscelino Kubitschek, protagonizou a fundação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (BERNARDES; LIMA, 2011). Como afirmam Laner, Faria e Pescatori, o trabalho liderado por Celso Furtado ao longo da década de 1950, que levou à fundação da SUDENE na primeira metade da década de 1960, consolidou as bases daquilo que hoje entendemos como planejamento regional.

[...] evidencia-se porque a Operação Nordeste pode ser considerada uma das ações mais emblemáticas do governo JK, de importância equivalente à construção de Brasília no âmbito de políticas regionais. Considerada por Celso Furtado a meta 31 do Programa de Metas, culminou na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) como órgão federal responsável pela promoção do desenvolvimento industrial do Nordeste, modernização agrícola e recuperação da economia regional. A Operação Nordeste visava eliminar a tendência de desequilíbrio regional do país, formulando sua política de desenvolvimento de forma a possibilitar uma reforma administrativa e econômica da região. (LANER; FARIA; PESCATORI, 2020, p. 28)

A construção de Brasília não foi um fato isolado, a nova capital fazia parte de uma política desenvolvimentista, que dava peso significativo a ações voltadas para o objetivo de mitigar diferenças econômicas entre regiões do Brasil. De acordo com Trevisan (2018), Brasília era uma entre outras “cidades novas”; segundo Derntl (2020), entre fins da década de 1950 e início da década de 1960, foram realizados esforços significativos no âmbito do planejamento regional do Distrito Federal, para fomentar e organizar a produção agrope-

cuária e industrial na região, garantindo emprego e abastecimento. Todavia, isso não faz de Brasília uma cidade desenvolvimentista, tampouco símbolo ou materialização funcional e estética do desenvolvimentismo.

Em *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado (2007) elabora uma crítica à socialização dos custos da expansão capitalista e defende a intervenção do Estado na economia. Para o autor, desenvolvimento significa caminhar no sentido da autossuficiência do mercado interno e da autonomia política, diminuindo a dependência de um determinado país em relação aos outros, o que não significa que subdesenvolvimento é uma etapa pela qual certos países deveriam passar para chegar ao desenvolvimento (SCHWARTZ, 2004).

A aposta em um Estado forte, democrático e independente de interesses estrangeiros está no cerne do discurso político do grupo de arquitetos formado, desde a década de 1930, em torno de Lucio Costa e Oscar Niemeyer, protagonistas da arquitetura moderna brasileira ao menos até a década de 1960. Mas as relações entre os arquitetos modernistas e o Estado, no Brasil, não são tão simples quanto imaginam autores como Adrián Gorelik (2005), para quem a existência da arquitetura moderna na América Latina parece ser um paradoxo. O paradoxo apenas existe para Gorelik, porque o autor confronta um aspecto esquematicamente recortado e, ao mesmo tempo, bastante genérico da arquitetura moderna latino-americana, de um lado – o fato de que muitas de suas grandes obras foram financiadas pelo Estado, em oposição ao capital privado –, e uma maneira bastante específica de enxergar as bases teóricas das vanguardas europeias da primeira metade do século XX, de outro – maneira essa forjada por autores estadunidenses e europeus que, sobretudo ao longo das décadas de 1950, 60 e 70, contestavam postulados teóricos modernistas, ao mesmo tempo em que elogiavam o capitalismo como produtor de cultura.

Houve tentativas fracassadas de impedir o pleito de 1955, mas Juscelino Kubitschek foi eleito e assumiu a presidência em 1956. Como candidato, JK passou a maior parte de sua campanha assumindo uma postura ambígua

diante da transferência da Capital Federal para o interior do país – uma pauta que vinha sendo discutida desde a Proclamação da República e, em meados da década de 1950, pressionava fortemente os candidatos à presidência. De acordo com Frajndlich e Benoit (2021), Juscelino Kubitschek se posiciona a favor da transferência da capital, de forma alinhada ao Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), nos momentos finais de sua campanha, num movimento interpretado como uma tentativa de ganhar o apoio do IAB.

De acordo com depoimentos de Oscar Niemeyer, Juscelino Kubitschek o teria convidado, após eleito, a projetar a nova cidade; o arquiteto, até então envolvido com o IAB, sugeriu um concurso para a escolha do plano geral, mas assumiu a responsabilidade pelo projeto dos principais edifícios da nova capital.

Arquitetura

Fundada na década de 1950 por Oscar Niemeyer, e diretamente ligada à transferência da capital, a revista *Módulo* era, na década de 1960, um dos principais periódicos de arquitetura e artes do Brasil. O texto de abertura da edição 18, primeira após a inauguração de Brasília, intitulado “Brasília e o desenvolvimento nacional”, transcrição de uma conferência proferida em março de 1960, no Ministério da Cultura, por Roland Corbisier, então diretor do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), afirma que Brasília não surge do:

[...] capricho de um Governo nem tampouco o gesto, a decisão arbitrária de um presidente, mas corresponde, ao contrário, a antiga aspiração do povo brasileiro, claramente formulada, em 1823, por José Bonifácio, o Patriarca da Independência. (CORBISIER, 1960, p. 3)

Segundo Roland Corbisier, um ato de vontade historicamente construído de um presidente encontrou as condições propícias para se realizar: condições econômicas, recursos próprios – sabemos que os recursos não eram assim tão próprios – e condições ideológicas, culturais e históricas.

De acordo com o texto, a fundação da Petrobrás, da Siderúrgica Nacional de Volta Redonda e da Fábrica Nacional de Motores, no segundo governo Vargas (1951–1954), marcaram o início de um processo de tomada de consciência, por parte do Brasil como nação, de sua condição de subdesenvolvimento e de sua posição periférica, caracterizada pela estrutura social, estágio de desenvolvimento tecnológico, grau de acumulação e situação de dependência específicas. Tomada de consciência essa fundamental para a ruptura de dinâmicas coloniais – relações econômicas nas quais a colônia é dedicada à exportação de matérias primas e à importação de bens de consumo, com centros produtores desarticulados e distribuição desigual de privilégios entre os cidadãos – e para o início de um processo de expansão não apenas quantitativa, mas qualitativa da produção econômica.

Levar a capital para o interior, fazer um esforço no sentido de interiorizar a ocupação do território brasileiro e articular os centros de produção significava “dar as costas” para as antigas metrópoles. Surgia uma nova nação, independente e desenvolvida. Nesse sentido, o texto mostra Brasília como revolucionária, imprescindível para o processo pelo qual passava, de superação do subdesenvolvimento e do colonialismo em prol da emancipação econômica, política e cultural brasileira. Na prática, isso significava criar condições para que o Brasil conseguisse sustentar o processo pelo qual vinha passando, acelerado pelo Plano de Metas do governo Kubitschek, de diversificação da indústria e substituições das importações. Era preciso fazer essa nova produção industrial circular e chegar aos centros de consumo e, ao mesmo tempo, ampliar o poder de compra da população:

Contemporânea do capitalismo, a nação é uma categoria histórica, que só pode surgir e configurar-se quando os interesses das classes que dominam o processo econômico, e as exigências do avanço tecnológico impõe a sua criação. (CORBISIER, 1960, p. 6)

Apesar de esboçar uma crítica ao sistema capitalista, Roland Corbisier afirma que o desenvolvimento era de interesse não apenas da burguesia, naquele

momento, mas de toda a nação, inclusive das classes médias esclarecidas e dos trabalhadores da cidade e do campo, e só poderia ser articulado pelo Estado, instituição com o poder de mobilização necessário para fazer muito em pouco tempo.

Na colônia, as relações entre os indivíduos e a cultura, entendida por Corbisier como “tudo aquilo que resulta da transformação da natureza pela atividade, pelo [...] trabalho social, do homem situado em grupos e classes sociais” (CORBISIER, 1960, p. 4), são necessariamente intermediadas pela metrópole. Com o nascimento de uma nova nação, nascia uma nova cultura.

Cultura que, embora revolucionária, pelo ineditismo de suas formas, conserva certos vínculos, certas relações discretas com a tradição. Assim, o Palácio da Alvorada, que não se assemelha a nenhum palácio do mundo, apresenta, com sua “casa grande, varanda corrida e capela anexa”, uma inesperada e comovente analogia com a casa grande de Columbandé, não muito longe de Niterói. (CORBISIER, 1960, p. 9)

Nessa mesma edição, Oscar Niemeyer publica “Minha experiência em Brasília”. Nesse texto, o arquiteto constrói uma narrativa que coloca em pé de igualdade todos aqueles que trabalharam ao longo da construção da nova capital, resultado, primeiramente, do trabalho árduo e entusiasmado ao qual Juscelino Kubitschek havia se dedicado ao longo de três anos. Seu relato do convite recebido do presidente para participar do projeto, do tempo em que de fato morou no sítio, com a cidade em construção, estradas de terra, água fria e refeições que “deixavam muito a desejar” (NIEMEYER, 1960, p. 14), ratifica observações e interpretações antes publicadas. Os palácios rompem com princípios funcionalistas, sua preocupação é com a forma, a expressão e a novidade, uma arquitetura “que evita qualquer compromisso, qualquer escola que a reduza a uma simples repetição” (NIEMEYER, 1960, p. 16); os “prédios urbanos”, por outro lado, são objetos de regras gerais que têm por

objetivo manter a unidade do conjunto e evitar “tendências formalistas que vêm desvirtuando a arquitetura brasileira” (NIEMEYER, 1960, p. 12). Juscelino Kubitschek deu total liberdade e apoio a Lucio Costa e Niemeyer, mesmo quando suas escolhas de projeto pesavam no orçamento e comprometiam os prazos; o presidente triunfou sobre os inimigos do governo e as campanhas contra Brasília.

Mesmo assim, tivemos muitos problemas a vencer, problemas que a urgência, a dificuldade de transporte, acentuavam, impedindo-nos, muitas vezes, de utilizar nos projetos o material desejado, para que as obras seguissem dentro dos cronogramas. E tivemos, para isso, de transigir, elaborando em quinze dias projetos que normalmente exigiriam dois ou três meses de trabalho, simplificando e alterando especificações, evitando materiais de importação que, embora adequados, criariam dificuldades econômicas e alfandegárias, e uma competição com a indústria brasileira que nos cabia proteger. Daí aceitamos soluções conciliatórias, conscientes da realidade nacional que Brasília teria de exprimir e do objetivo principal a atender, isto é, definir a cidade em termos irreversíveis antes de 21 de abril de 1960. (NIEMEYER, 1960, p. 15)

Para Niemeyer, as críticas, algumas dele próprio sobre seu trabalho, não abalam a integridade de Brasília como projeto. “Os visitantes estrangeiros em sua maioria se entusiasmarão com Brasília, embora entre eles, alguns poucos assumissem atitudes de superioridade e suficiência, que seus trabalhos – não raro medíocres – não deveriam permitir” (NIEMEYER, 1960, p. 16). Oscar Niemeyer escreve, provavelmente como resposta a Bruno Zevi:

Nada disso me preocupava. Preocupava-nos apenas terminar as construções dentro dos prazos estabelecidos, e fazê-las com liberdade, para que pudessem constituir uma contribuição nova à arquitetura atual, que caminha, lamentavelmente, para a repetição e a vulgaridade. (NIEMEYER, 1960, p. 16)

No texto, Niemeyer também afirma que algumas de suas atitudes intransigentes, e até mesmo violentas, eram resultado de seu cansaço e idealismo. Apesar de seu entusiasmo diante das obras que chegavam mais e mais perto da completude, Niemeyer relata, por fim, um mal-estar:

Constrangia-nos apenas verificar que para os operários seria impraticável manter as condições de vida que o Plano Piloto fixara, situando-os como seria justo, dentro das áreas de habitação coletiva, e permitindo que ali seus filhos crescessem fraternalmente com as demais crianças de Brasília, sem complexos, aptos às reivindicações que o tempo lhes irá proporcionar. Víamos, com pesar, que as condições sociais vigentes colidiam nesse ponto com o espírito do Plano Piloto, criando problemas impossíveis de resolver na prancheta, mesmo apelando – como alguns mais ingênuos sugerem – para uma arquitetura social que a nada conduz sem uma base socialista. E compreendíamos que a única solução que nos restava era continuar apoiando os movimentos progressistas que visam um mundo melhor e mais feliz. (NIEMEYER, 1960, p. 16)

Na edição 18 da revista *Módulo*, publica-se um trabalho assinado pelo então cônsul Raul de Sá Barbosa, intitulado “Brasília, evolução histórica de uma ideia”⁴. O texto é uma síntese da pesquisa elaborada pelo Serviço de Documentação da Presidência, do qual faziam parte Raul de Sá Barbosa, Antônio Houaiss e Francisco de Assis Barbosa, e pela Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores sob ordens de Juscelino Kubitschek. A pesquisa deu origem a três volumes impressos e uma exposição que ficou aberta entre maio e junho de 1960, na sede do Itamaraty. Por fim, essa edição da revista traz também o “Relatório do Plano Piloto de Brasília” entregue por Lucio Costa à comissão julgadora do concurso, que o elegeu como o projeto da nova capital.

No momento em que tomam as principais decisões sobre a transferência da capital, Juscelino Kubitschek e Oscar Niemeyer se afastam das posições de-

4 A narrativa expressa pelo texto passou por diversos questionamentos e revisões; novos olhares, novos documentos e novas abordagens constroem diferentes histórias até os dias de hoje. Assunto, todavia, demasiado complexo para ser discutido neste texto.

fendidas pelo IAB. O presidente monta sua “administração paralela” – órgãos públicos que respondiam diretamente ao Poder Executivo, dando-lhes autonomia e dando ao Presidente maior influência sobre as ações de tais órgãos, dentre eles a SUDENE e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) –, que viabilizou a implantação do Plano de Metas. Nessa administração, Niemeyer era uma das principais autoridades dos assuntos relacionados a Brasília. Em 1956, Lucio Costa foi consagrado vencedor do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil.

Celso Furtado, na SUDENE, e Oscar Niemeyer, na NOVACAP, ocupavam posições semelhantes, ainda que o economista estivesse mais envolvido com o planejamento – estabelecimento de regras para o uso e a ocupação de lotes privados, bem como diretrizes para a ação do poder público –, e o arquiteto, com o desenho – desenvolvimento de projetos com o grau de detalhamento adequado à sua implantação. Não foram encontradas pesquisas que trouxessem à tona evidências de encontro entre esses dois personagens, o que nos leva a crer que o diálogo entre eles era mediado pela política pública.

Fundado em seu Plano de Metas, Juscelino Kubitschek implementou uma política que dependia, em larga medida, da expansão da indústria estrangeira em território nacional, marcando, possivelmente, uma das mais importantes contradições do período. Houve endividamento, emissão de papel moeda, inflação e, por fim, o governo recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI). De acordo com Rafael Urano Frajndlich e Luís Pompeo Martins (2016, p. 39-41), o termo “democracia” não era citado com frequência por Lúcio Costa quando falava sobre Brasília, mas:

O Brasil tinha um grande trânsito com os americanos que remonta ao *Brazil Builds*, e antes dele, à exposição de Nova York em 1939, além de em 1947 ter Niemeyer como um dos autores do prédio das Nações Unidas. Em todas elas, Lúcio Costa ou o seu círculo estavam envolvidos e edifícios de sua autoria eram colocados como exemplos de uma “nova monumentalidade”.

[...]

No Brasil dos anos 50, a realização da capital federal vinha com ímpeto igualmente vigoroso na formalização de vínculos com a democracia: Juscelino Kubitschek construiu toda a sua plataforma dentro desse binômio. Os CIAMS, o clima de renovação do continente americano do pós-Guerra, a conjuntura política: tudo indicava uma apoteose democrática no Cerrado brasileiro.

Em 1961, Jânio Quadros, eleito no ano anterior pela União Democrática Nacional (UDN), tomou posse da presidência e, depois de uma série de tentativas para implementar medidas impopulares, e de acenos à esquerda – reajuste cambial, incentivo às exportações, limitação da remessa de lucro para o exterior, distanciamento dos Estados Unidos e aproximação com a China e a União Soviética –, sua figura sofreu desgaste. O presidente renunciou ao cargo após sete meses de governo, num movimento, por vezes, interpretado como um autogolpe fracassado. João Goulart, seu vice, eleito pela chapa Partido Trabalhista Brasileiro/Partido Social Democrático (PTB/PSB), isto é, da oposição, foi impedido de assumir o cargo, sob alegação de que, por sua orientação política, ele era uma ameaça comunista à segurança nacional.

Roland Corbisier e Raul de Sá Barbosa, dois nomes importantes na academia e na administração pública, defensores da transferência da capital para Brasília e autores que, de maneira contundente, permitem associar a nova capital a uma política de desenvolvimento nacional – que hoje identificamos como desenvolvimentista –, não citam Celso Furtado nos textos consultados, publicados à época da inauguração da nova capital. Tampouco Oscar Niemeyer o faz. Se assumirmos que o diálogo entre Celso Furtado e Oscar Niemeyer era mediado pela política pública, o fio que costura a atuação desses dois personagens talvez fosse justamente a ideia de desenvolvimento como direcionamento do processo em curso, de crescimento da indústria e complexificação da economia, isto é, de crescimento planejado. Nesse sentido,

talvez seja possível afirmar que Brasília era a meta síntese de Juscelino Kubitschek, não apenas porque o desenho de Lucio Costa e Oscar Niemeyer eram inovações tanto no campo da linguagem quanto no campo da técnica, mas também porque representavam o planejamento como ideia.

Pré-revolução brasileira

Após tentativas de impedir que João Goulart assumisse a presidência, inicia-se uma “campanha de legalidade” pela sua posse, que culminou na implementação pelo Congresso de um regime parlamentarista, em 1961; João Goulart assumiu a presidência, mas com poderes diminuídos em relação ao regime presidencialista anterior. Todavia, em 1963, realizou-se um plebiscito que reinstaurou o presidencialismo, devolvendo a João Goulart plenos poderes. Em seguida, em meio à implantação do chamado Plano Trienal, o presidente apoiava a sindicalização de militares de baixa patente, propunha atribuir prerrogativas aos poderes Legislativo e Judiciário e fazia campanha pelas chamadas Reformas de Base, num movimento que causava desconforto, sobretudo para militares de alta patente e grandes proprietários de terra, cujos latifúndios estavam na iminência de uma reforma agrária, e que associavam o presidente ao “perigo vermelho”:

Conquanto o contexto econômico e político da posse de Goulart na Presidência da República seja mais grave, vale lembrar que este não difere muito da conjuntura em que Vargas assumiu: inflação crescente e tendência à desaceleração das taxas de crescimento do PIB, às quais se somam, ao longo do mandato, o agravamento da situação das contas externas, com déficit no balanço de pagamentos e dificuldades para atração de capitais externos e para captação de poupança interna. (FONSECA; MONTEIRO, 2005, p. 216-217)

Em 1962, Celso Furtado foi o primeiro a ser nomeado ministro do Planejamento do Brasil pelo então presidente João Goulart. Idealizou o Plano Trienal

de Desenvolvimento Econômico e Social e publicou *A Pré-Revolução Brasileira*, que difere significativamente de seus escritos anteriores, dado o tom assumidamente político do volume (SAES), endereçado tanto à direita quanto à esquerda, com um apelo conciliatório, de acordo com nossa interpretação.

Celso Furtado é um autor que está na base de formulações teóricas que sustentam políticas desenvolvimentistas até os dias de hoje. Isso porque, além de não propor uma ruptura com o capitalismo, o economista critica o projeto de revolução marxista-leninista – em parte por acreditar que havia um certo desencontro entre a teoria marxista-leninista e a realidade dos países subdesenvolvidos –, mas, ao mesmo tempo, se mantém próximo de certos postulados teóricos e políticos da esquerda, defendendo a emancipação nacional e a reorganização dos pactos internos de dominação, bem como estruturando a ideia de planejamento regional como conhecemos hoje (DINIZ, 2009). Esses elementos permitem estabelecer paralelos entre Furtado e autores que vão de Milton Santos (GOULART, 2006) a Antonio Gramsci (PEREIRA, 2009).

Para Celso Furtado, em *Reflexões sobre a pré-revolução brasileira*, o Estado caminhava para se tornar o “principal instrumento do desenvolvimento” (FURTADO, 1962, p. 11), que ativamente tomaria decisões diante dos acontecimentos no campo da economia – em oposição ao momento anterior, no qual o Estado seria mero agente de implantação de políticas econômicas impostas pelo mercado, vindas de fora do país.

Dirigindo-se expressamente aos jovens, o autor afirma que o então recente crescimento econômico no Brasil não teria alterado significativamente a vida de três quartos da população, sobretudo das “grandes massas que trabalham nos campos” e dos trabalhadores da indústria – que constituíam uma “espécie de classe média” urbana. Ao contrário, esse desenvolvimento econômico, a organização anacrônica do Estado e as políticas públicas vigentes haviam levado o país a novos patamares de concentração de renda (FURTADO, 1962, p. 14). Nessa altura do texto, Celso Furtado tangencia a Teoria do Desenvolvi-

mento Desigual e Combinado, formulada na virada do século XIX para o XX, por León Trotsky, que descreve maneiras pelas quais setores extremamente modernos da economia coexistem com setores extremamente atrasados em uma mesma sociedade, marcando contradições e desigualdades internas a essa sociedade.

Para o autor, marxismo significava, de maneira geral e independentemente da vertente:

- a) o reconhecimento de que a ordem social que aí está se baseia, em boa medida, na exploração do homem pelo homem, fundando o bem-estar de uma classe, que abriga muitos parasitas e ociosos, na miséria da grande maioria;
- b) o reconhecimento de que a realidade social é histórica; portanto, em permanente mutação, devendo a ordem presente ser superada, e
- c) o reconhecimento de que é possível identificar os fatores estratégicos que atuam no processo social, o que abre a porta à política consciente de reconstrução social.
(FURTADO, 1962, p. 17)

Talvez seja possível posicionar Celso Furtado no campo da social-democracia. Em defesa de uma “liberdade não individualista”, o economista defendia o controle do Estado sobre os meios de produção, não em absoluto, mas sim em setores específicos, como meio de garantir a prevalência do interesse coletivo sobre o interesse individual, sem a abolição da livre iniciativa. Para o autor, uma revolução marxista-leninista levaria à configuração de um Estado rígido:

Não permitindo as rígidas estruturas adaptações gradativas, a maré montante das pressões tenderá a criar situações pré-cataclísmicas. Nessas situações é que os grupos dominantes são tomados de pânico e se lançam às soluções de emergência ou golpes preventivos. Fossem

as modificações progressivas ou gradativas, o sistema político-social resistiria. (FURTADO, 1962, p. 31)

Em outras palavras, poderia haver um golpe cujo objetivo seria sufocar qualquer ameaça de revolução socialista. O caminho adequado, de acordo com o autor, é discutido em *Política econômica e reformas de base* (CURTIS, 2005). As reformas de base, segundo Celso Furtado – então ministro do Planejamento –, seriam alterações na estrutura do Estado, que responderiam às expectativas da população quanto à distribuição das riquezas geradas pelo crescimento econômico. Talvez seja possível afirmar que o objetivo das reformas de base, sob a perspectiva de Celso Furtado, era atenuar o chamado conflito distributivo, isto é, o desequilíbrio entre a taxa de lucro desejada pelos empresários e o salário médio real almejado pelos trabalhadores.

O texto retoma a ideia de que o desenvolvimento econômico brasileiro, então recente, havia se dado sobre uma estrutura anacrônica, o que levou à extrema concentração de renda. Nesse contexto, inflação não significava aumento da oferta de bens e serviços, mas concentração de renda pelos donos dos meios de produção.

Surgiu, assim, essa óbvia contradição que vivemos nos dias de hoje: exige a opinião pública do Estado o desempenho de importantes funções ligadas ao desenvolvimento econômico e social do país, mas, através de seus representantes, no Parlamento, essa mesma opinião pública nega os meios de que necessita o Estado para cumprir tal missão. (FURTADO, 1962, p. 42)

Em 13 de março de 1964, o presidente juntou centenas de milhares de pessoas em um comício na Central do Brasil e, como resposta imediata, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), financiado pelos Estados Unidos, organizou a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. O IPES participava da articulação de um golpe militar, que foi adiantado em um movimento por vezes considerado impulsivo, deflagrado por Olímpio Mourão Filho, em 31 de mar-

ção daquele ano. No dia 2 de abril foi decretada vaga a Presidência, ainda que, de acordo com diversos autores, João Goulart ainda estivesse no país; no dia 9 de abril foi publicado o Ato Institucional n. 1, oficializando a ditadura militar no Brasil (DELGADO, 2005, 2010; LOVATTO, 2011; TOLEDO, 2004).

Considerações finais: 60 anos depois

No que diz respeito às relações entre política e economia, há pesquisadores que entendem que, no contexto do capitalismo, o chamado conflito distributivo encontra relações com a inflação, como decorrência do crescimento econômico. Nesse sentido, é possível atribuir ao Estado o papel de controlar a balança entre o crescimento econômico e o aumento de preços no mercado; função essa que, por sua vez, está relacionada à capacidade da gestão de conciliar diferentes agendas políticas e econômicas. Isto de um ponto de vista que valoriza uma postura conciliatória por parte do poder público. Estando alinhados ou não com esse ponto de vista, é preciso reconhecer que, ao longo da primeira metade da década de 1960, havia um conflito pujante no campo da política brasileira e o golpe de 1964 inaugurou a força uma nova fase da história do Brasil:

Em face da percepção crítica que ganhava no choque com as condições de atraso do país, a arquitetura brasileira alinhou-se com outras manifestações artístico-culturais engajadas na denúncia e na luta contra as condições de dependência e de retardamento. O caráter progressista, aberto a mudanças, impregnou, conseqüentemente, a cultura arquitetônica brasileira e suas posições políticas [...]. O avanço que assim se configurava foi bruscamente cortado, em 1964, com a instauração de regime de exceção, amparado nas forças conservadoras internas e apoiado pelas potências capitalistas mundiais. (INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, 1987, p. 57)

Diversos trabalhos relativamente recentes investigam o golpe de 1964 como uma violenta tentativa, por setores conservadores da elite ligados ao capital internacional, de colocar um fim a um conflito de classes. Podemos citar: *A política econômica do governo João Goulart: restrições estruturais e vetos políticos*, de Mario Augusto Morato Pinto de Almeida; *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*, de Felipe Pereira Loureiro; *Da crise política ao Golpe de Estado: conflitos entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo durante o governo João Goulart*, de David Ricardo Sousa Ribeiro. Além desses, há trabalhos que demonstram as tensões no campo da política e suas relações com o campo da economia, como *A nação e o capital estrangeiro: um estudo sobre a Lei de Remessa de Lucros no governo de João Goulart*, de Adilson Marques Gennari. É importante lembrar que a ditadura militar brasileira não estava isolada na América Latina, houve golpes similares na Guatemala (1954), Paraguai (1954), Bolívia (1964), Argentina (1966 e 1976), Peru (1968), Uruguai (1973) e Chile (1973).

Depois da inauguração de Brasília, passaram-se quatro anos de intensos embates e movimentações no campo da política, com João Goulart na presidência e um breve período durante o qual o Brasil esteve sob regime parlamentarista. O golpe militar de 1964 rompeu os laços entre democracia e desenvolvimento, de que a nova capital era um símbolo, e reconfigurou os debates políticos, inclusive aqueles internos ao campo da arquitetura. Editado o Ato Institucional n. 1 (AI-1) em 1964, Celso Furtado perdeu seus direitos políticos, deixou o Brasil e fixou residência na França. Após a Lei de Anistia de 1979, retomou sua participação na política brasileira, filiando-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 1981.

Entre 1985 e 1988, por meio de uma reforma, o Brasil construiu um novo regime democrático, trazendo à tona novamente o conflito entre a defesa de diferentes pesos e medidas para a atuação do Estado. De acordo com Peres e Chiquito (2012), as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas, no campo bra-

sileiro da economia, por medidas de controle da inflação e políticas liberais. Celso Furtado participou da Comissão do Plano de Ação do governo Tancredo Neves, em 1985, ano em que foi nomeado Embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia e mudou-se para a Bélgica; em seguida, entre 1986 e 1988, foi ministro da Cultura do governo José Sarney, seu último cargo na administração pública. Em 2003, Lula convidou o economista para recriar a SUDENE, que havia sido extinta em 2001 após “escândalos de corrupção”, convite este que foi recusado, mas que corrobora a ideia elaborada por Peres e Chiquito, qual seja: ao longo da década de 2000, a política brasileira foi marcada por algo que pode ser chamado de “novo desenvolvimentismo”. Celso Furtado morreu no Rio de Janeiro em 2004.

Brasília, apesar de estar inserida em uma política desenvolvimentista, não desdobra, na forma e na função, ideais desenvolvimentistas. A associação entre arquitetura moderna e uma agenda desenvolvimentista tinha um objetivo bastante claro: a construção de uma democracia, política e economicamente independente. Oscar Niemeyer e Lucio Costa firmaram um acordo com Celso Furtado, acordo com regras claras e prazo de validade, deixando evidente que arquitetura que “fica para a história” é arquitetura que faz de suas posições políticas seu partido de desenho. Talvez ímpeto semelhante no momento pós-redemocratização, no sentido da construção de uma democracia independente, seja responsável pela retomada tanto de princípios funcionalistas, no campo da arquitetura, quanto de princípios desenvolvimentistas, no campo da política, ainda que, de maneira geral, o desenho de arquitetura dos dias de hoje procure esconder a política que o sustenta.

Referências

ALMEIDA, Mario Augusto Morato Pinto de. *A política econômica do governo João Goulart: restrições estruturais e vetos políticos*. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de

Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285966>. Acesso em: 05 jul. 2021.

BARBOSA, Raul de Sá. Brasília, evolução histórica de uma ideia. *Módulo*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 28-43, jun. 1960.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça; LIMA, Marcos Costa. Um cartesiano na encruzilhada da revolução. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 8, p. 75-84, maio 2011. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/256>. Acesso em: 13 jan. 2022.

CORBISIER, Roland. Brasília e o desenvolvimento nacional. *Módulo*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 2-9, jun. 1960.

COSTA, Lúcio. Relatório do Plano Piloto de Brasília. *Módulo*, Rio de Janeiro, n. 18, Separata, p. 27-44, jun. 1960.

CURTIS, Regina. A revolução brasileira: um diálogo entre Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado e Caio Prado Júnior. *Textura*, Canoas, v. 7, n. 11, p. 65-72, jan./jun. 2005.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Brasil: 1954 – prenúncios de 1964. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 484-503, jul. 2005. Disponível em: <http://old.scielo.br/pdf/vh/v21n34/a13.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2022.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 123-144, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/cHVC9tPDyBD3DwK86Ykb49L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2022.

DERNTL, Maria Fernanda. Brasília e suas unidades rurais: planos e projetos para o território do Distrito Federal entre fins da década de 1950 e início da década de 1960. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 28, p. 1-32, set. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/167116/163269>. Acesso em: 13 jan. 2022.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 227-249, maio/ago. 2009. Disponível em:

<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/1045/790>.
Acesso em: 13 jan. 2022.

FARIA, Rodrigo de. O Departamento Nacional de Urbanismo e a institucionalização do setor de urbanismo no governo federal brasileiro: um contínuo processo histórico. *Oculum Ensaios*, Campinas, v. 12, n. 2, p. 311-333, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/2743/2191>. Acesso em: 13 jan. 2022.

FELDMAN, Sarah. *Instituições de urbanismo no Brasil, 1930-1979*. São Paulo: Annablume, 2021.

FELDMAN, Sarah. *Instituições de urbanismo no Brasil na década de 1930: olhar técnico e dimensão urbano-industrial*. 2008. Tese (Livre Docência em Teoria e História do Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O mito do populismo econômico de Vargas. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 56-76, jan./mar. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/LJ4gvzykfjpQ3xBjgZSpftR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2022.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sérgio Marley Modesto. Credibilidade e populismo no Brasil: a política econômica dos governos Vargas e Goulart. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 2, p. 215-243, abr. 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/900/538>. Acesso em: 13 jan. 2022.

FRAJNDLICH, Rafael Urano; BENOIT, Alexandre Hector. Guerra e paz: os debates sobre a construção do centro cívico em Brasília. *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, São Carlos, v. 19, p. 1-20, out. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/181547>. Acesso em: 14 dez. 2021.

FRAJNDLICH, Rafael Urano; MARTINS, Luis Pompeo. *Urbs e Civitas: Lucio Costa e a democracia no projeto de Brasília*. *Cadernos do ProArq – UFRJ*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 31-49, dez. 2016. Disponível em: <https://cadernos.proarq.fau.ufrj.br/public/docs/cadernosproarq27.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2022.

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GENNARI, Adilson Marques. *A nação e o capital estrangeiro: um estudo sobre a lei de remessa de lucros no governo de João Goulart*. 1997. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280050>. Acesso em: 05 jul. 2021.

GORELIK, Adrián. *Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

GOULART, Sueli. Uma abordagem ao desenvolvimento local inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 1-15, jan. 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/7399/5875>. Acesso em: 13 jan. 2022.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. Tese da delegação brasileira: cidades e abrigos, construir o mundo de amanhã. *Projeto*, São Paulo, n. 103, p. 56-59, set. 1987.

LANER, Isadora; FARIA, Rodrigo de; PESCATORI, Carolina. O Estado e o planejamento regional no Brasil: as três perspectivas de análise (1951-1961). *Urbana*, Campinas, v. 12, p. 1-35, ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8660027/26405>. Acesso em: 14 jan. 2022.

LIMA, Marcos Costa; BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. Um cartesiano na encruzilhada da revolução. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 8, p. 75-84, maio 2011. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/256>. Acesso em: 14 jan. 2022.

LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*.

2012. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-22082012-105827/publico/2012_FelipePereiraLoureiro_VRev.pdf. Acesso em: 05 jul. 2021.

LOVATTO, Angélica. Partidos, sindicatos e movimentos sociais nos anos 1950-64: balanço histórico-bibliográfico preliminar. *Aurora*, Marília, v. 5, n. 1, p. 196-212, dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1714>. Acesso em: 14 jan. 2022.

NIEMEYER, Oscar. Minha experiência em Brasília. *Módulo*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 10-27, jun. 1960.

PEREIRA, Laurindo Mékie. A questão regional no pensamento de Antonio Gramsci e Celso Furtado. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 18, p. 48-66, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/NzRpsdS55KvSkhHbBkKb59wR/?format=pdf>. Acesso em: 14 jan. 2022.

PERES, Renata Bovo; CHIQUITO, Elisângela de Almeida. Ordenamento territorial, meio ambiente e desenvolvimento regional: novas questões, possíveis articulações. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 71-86, nov. 2012. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4102/4000>. Acesso em: 14 jan. 2022.

PIRES, Julio Manuel. Desenvolvimentismo versus liberalismo econômico no período populista e o gasto público social. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 3, p. 529-556, dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642679/10159>. Acesso em: 14 jan. 2022.

RIBEIRO, David Ricardo Sousa. *Da crise política ao golpe de Estado: conflitos entre o poder executivo e o poder legislativo durante o governo João Goulart*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-19122013-144916/publico/2013_DavidRicardoSousaRibeiro_VCorr.pdf. Acesso em: 05 jul. 2021.

SCHWARTZ, Gilson. Celso Furtado: economista brasileiro, autor de Formação Econômica do Brasil. *Uol Educação*, São Paulo, 25 nov. 2004. Disponível em:

<https://educacao.uol.com.br/biografias/celso-furtado.htm>. Acesso em: 05 jul. 2021.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 15-28, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/YLMc8hZWZfpV4sPzsZFCkq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jan. 2022.

TREVISAN, Ricardo. *Cidades novas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2018.

Recebido em: 06 de julho de 2021

Aprovado em: 26 de dezembro de 2021